

- XVII -

**DIFUSÃO DO CONHECIMENTO NA POLÍTICA DE
COLABORAÇÃO ENTRE SISTEMAS DE ENSINO NA
BAHIA**

Nadja Maria Amado de Jesus
(UFBA-nadjamaria1@gmail.com)

INTRODUÇÃO

O presente trabalho está vinculado a uma pesquisa de doutoramento, intitulada *DIFUSÃO DO CONHECIMENTO: implementação da política de colaboração efetivada pelo Programa de Apoio a Educação Municipal em Itatim- Bahia*, que vem sendo desenvolvida no contexto do Doutorado Interinstitucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, articulado pela Universidade Federal da Bahia.

O projeto de investigação surge precisamente no contexto político educacional marcado pelo novo Plano Nacional de Educação, Lei 13.005/2014, em que se discute o papel dos entes federados no processo de definição do regime de colaboração, na institucionalização do Sistema Nacional Articulado de Educação e a Lei de Responsabilidade Educacional, todas já tramitando, sob diversos formatos, no Congresso Nacional.

A Constituição Federal (CF), promulgada em 5 de outubro de 1988, demarca a garantia de direitos e a observância a deveres, com grande impacto nas relações políticas sociais, econômicas e culturais do País. No campo educacional, institui o regime de colaboração entre União, Distrito Federal, estados e municípios, e define, dentre outros aspectos, a responsabilidade pela administração do Sistema Educacional Brasileiro.

Nesse contexto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, em consonância com a CF-1988, distribui as competências entre os entes federados, cabendo à União a coordenação da política educacional, as escolas técnicas federais e as universidades federais, ao Distrito Federal e aos Estados assegurar o atendimento ao ensino fundamental e prioritariamente ao ensino médio, e aos Municípios o dever de assegurar a educação infantil e atender prioritariamente ao ensino fundamental (BRASIL, 1996, s/p).

Com a inexistência da regulamentação do regime de colaboração, diversas experiências intergovernamentais vêm sendo experimentadas na tentativa de colaboração na implementação de políticas públicas, em especial, as educacionais. Na Bahia, a Secretaria da Educação do Estado instituiu, no ano de 2007, o Programa de Apoio à Educação Municipal (Proam), como uma ação vinculada à política de colaboração entre os sistemas de ensino, com a finalidade de atuar no fortalecimento dos sistemas municipais. Assim, compreende-se que tal experiência se organiza a partir das estratégias de gestão e difusão do conhecimento que são efetivadas no âmbito da organização e da rede de colaboração que se estrutura com o envolvimento das representações intergovernamentais.

Em 2017, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, divulgou a quarta edição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Na Bahia, a rede pública municipal de ensino de Itatim, obteve a maior nota nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, conferindo ao município o primeiro lugar, nesse segmento, no “ranking” de desempenho do IDEB. Considerando que o município de Itatim aderiu, no período de 2008 a 2016, as ações de colaboração implementadas pelo Proam na Bahia, configuramos como questão principal desta investigação o seguinte problema: como se deu o processo de difusão do conhecimento na política de colaboração entre sistemas de ensino implementada pelo Programa de Apoio a Educação Municipal no Município de Itatim - Bahia?

TRILHAS METODOLÓGICAS PARA A PESQUISA

Para a realização deste trabalho optou-se, do ponto de vista metodológico, pela pesquisa exploratório-explicativa, utilizando-se como procedimento técnico o estudo de caso, tendo como objeto teórico a difusão do conhecimento e como objeto empírico, a política de colaboração entre sistemas de ensino implementada pelo Programa de Apoio a Educação Municipal (Proam) em Itatim-Bahia. Desta forma, busca-se investigar o processo de difusão do conhecimento nas políticas de colaboração implementada pelo Proam na Bahia.

Será necessário para o desenvolvimento da investigação o investimento na pesquisa bibliográfica, com aprofundamento teórico sobre a temática em questão, mediante a utilização de livros, artigos de revistas científicas; pesquisa documental com o estudo da legislação no âmbito nacional, estadual e municipal, bem como registros das ações desenvolvidas pelo Proam na ação da política de alfabetização no estado. Destaca-se também, a pesquisa eletrônica, visando à busca de dados e informações relevantes sobre o

estudo já disponíveis na internet, bem como pesquisa de campo envolvendo atores relacionados com essa ação articulada pelo Proam no município pesquisado.

Como universo da pesquisa definiu-se os Sistemas Municipais de Ensino do Estado da Bahia e como amostra investigativa, selecionada pelo critério de intencionalidade, os sujeitos envolvidos com as ações efetivadas pelo Proam no Município de Itatim – Ba, como secretários municipais de educação; formadores do Proam; formadores e coordenadores municipais com atuação nas ações efetivadas pelo Proam no município, professores alfabetizadores que participaram do Programa de Formação de Professores Alfabetizadores. O recorte temporal proposto é de 2007 a 2016, visto que 2007 se configura como o ano de instituição do Proam como política de colaboração entre os sistemas de ensino na Bahia e, 2016, ano que antecede a avaliação do IDEB/2017.

Dentre os instrumentos de coleta de dados, destaca-se a previsão de uso de questionários survey, grupo focal e entrevistas semiestruturadas que tomarão como referência categorias de análises definidas no contexto da efetivação da ação de colaboração entre os sistemas de ensino. Como fonte de pesquisa será utilizado, também, o Ambiente Virtual do Proam, objetivando levantar informações sobre o processo de planejamento, execução e avaliação das ações realizadas.

Após o levantamento de dados e investigações, numa perspectiva de abordagem de métodos mistos, com opção pelo projeto sequencial exploratório, será utilizada a técnica de análise de conteúdo, tendo como principal referência BARDIN (2011), oportunizando à luz do referencial teórico e das categorias de análise definidas para a pesquisa, a interpretação dos seus achados em direção ao alcance dos objetivos estabelecidos. Ressaltamos ainda que, esta pesquisa apresenta, como componente da estratégia metodológica, o uso do modelo SECI (Socialização; Externalização; Combinação; Internalização) desenvolvido por Nonaka e Takeuchi (2008), para compreensão sobre o processo de gestão do conhecimento, onde se insere a criação e difusão do conhecimento, em organizações privadas. A utilização do referido modelo, na análise sobre a difusão de conhecimento em políticas sociais implementadas por uma organização pública, pode ser compreendida como uma inovação favorecendo a construção de novos conhecimentos científicos na área.

Espera-se, a partir da investigação, identificar componentes estruturais para a formatação de uma política de colaboração entre sistemas de ensino, com ênfase na difusão do conhecimento na educação, que possa contribuir para estruturação de políticas educacionais que fortaleçam as aprendizagens escolares nos anos iniciais, favorecendo a trajetória de escolarização de crianças. Desse modo, deseja-se contribuir para sistematização

e ampliação de conhecimentos, hoje escassos, sobre a difusão do conhecimento no contexto das políticas educacionais de colaboração intergovernamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui descrito corresponde a uma pesquisa vinculada ao Doutorado Interinstitucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento. A pesquisa encontra-se atualmente na fase de coleta de dados e efetivação da pesquisa de campo com a escuta aos sujeitos envolvidos. Embora ainda seja necessário o levantamento e análise de um conjunto de informações, dados secundários, levantados a partir da análise de documentos, evidenciam um coletivo de gestores e profissionais da educação que, ao consolidar processos de adesão as ações efetivadas pelo Programa de Apoio a Educação Municipal, estruturavam no âmbito das ações formativas de cada ação adida, espaços de difusão do conhecimento, caracterizados pelo processo de socialização de conhecimentos tácitos que, ao serem compartilhados pelos indivíduos iam sendo refletidos coletivamente, e, de acordo com o modelo do espiral do conhecimento, convertido em conhecimento explícito que ia sendo institucionalizado e disseminado no âmbito da rede promovendo novas práticas e reflexões, alimentando a dinâmica de produção de novos conhecimentos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso: 09 jan. 2019

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. *Gestão do Conhecimento*. Porto Alegre: Bookman, 2008.